



MAGALHÃES, Ruyrillo de.
Campinas, 01 jul., 1979.

Idealistas de 5 julho. Diário do Povo,

Idealistas de 5 de julho

Diário do Povo 1.7.79

Ruyrillo de Magalhães

Na próxima quinta-feira, 5 de julho, o Brasil estará comemorando duas datas da maior expressão histórica pelas profundas consequências sociais, jurídicas, econômicas e políticas, que ensejaram.

As duas efemerides se completam.

E, por isso mesmo, podemos nos referir a elas como o "primeiro 5 de julho" e o "segundo 5 de julho".

O "primeiro 5 de julho" recorda os "18 do Forte". Foi o 5 de julho de 1922, episódio do qual, acreditamos, seja único sobrevivente o venerando Marechal do Ar, Eduardo Gomes, na época, simples Tenente da então 5.ª arma do Exército, a Aviação Militar, mais tarde transformada em F.A.N. e, hoje, na gloriosa F.A.B.

O 5 de julho de 1922, foi página-símbolo do idealismo de uma pleiade de patriotas que inspirados pelo mais acendrado civismo, não titubearam em, decidida e corajosamente, enfrentar, nas alvas da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, forças mil vezes superiores, para, com o gesto histórico, tingindo de sangue o solo da Pátria, tentar sacudir a consciência nacional em prol do aperfeiçoamento do regime democrático dentro da racional nacionalismo.

O "segundo 5 de julho", ocorreu, em São Paulo, em 1924.

Fizemos pesquisas sobre esse movimento e conseguimos ler a Denúncia do Procurador Criminal da República, que assim narra o início da revolta de 1924: —

"Na manhã de 5 de julho do corrente ano, forças da guarnição desta Capital, aliadas a uma grande parte da Força Pública, sublevaram-se contra as autoridades constituídas".

E mais adiante continua:

"O conjunto dos documentos apreendidos pela Polícia e o estudo das circunstâncias de que se revestiu a ação delituosa revelam que a irrupção desse movimento foi obra de uma longa, ativa e tenaz propaganda".

"Chefiada por oficiais do Exército envolvidos na rebelião de 1922 e por alguns oficiais da Força Pública do Estado de parceria com elementos civis e reformados do Exército".

E de se salientar, no entanto, que os envolvidos nesse movimento revolucionário (— militares, policiais e civis —), cuja chefia coube ao General Isidoro Dias Lopes, estavam embuidos do mais puro idealismo patriótico. Queriam, com o sacrifício de suas próprias vidas, oferecer ao país um regime realmente nacionalista e democrático.

Foram derrotadas pelas armas após darem exemplos dignificantes de coragem, de destemor ousado, de atitudes singulares, de civismo inigualável.

Mas, o ideal de renovação das instituições republicanas, iria afinal, em outubro de 1930, vencer.

Em Campinas, a Revolução de 1924, a "Revolução Romântica" como a chamamos em livro que estamos a escrever, teve profunda repercussão.

Formou-se, aqui, um Governo Revolucionário. O vereador Alvaro Ribeiro foi o Chefe desse Governo Provisório, tendo o advogado Pedro de Magalhães Júnior como Delegado Regional de Polícia, exercendo o jornalista Tasso de Magalhães, o cargo de Secretário do Governo.

Lê-se, na Denúncia do Procurador Criminal da República, já citada, que, além de Alvaro Ribeiro, Pedro de Magalhães Júnior e Tasso de Magalhães, foram denunciados os campineiros, Alberto Muller Pinto e Antonio Ferreira Júnior, este, hoje, Lente aposentado de Direito Social da USP, e, então, jovem aluno do Ginásio do Estado, desta cidade, como co-autores da Revolução do General Isidoro.

Tomaram, também, parte na Revolução, entre outros elementos de Campinas, Gumercindo de Campos, Nelson Riolando S. Ferreira, Ary Rodrigues, Clóvis Teixeira, sendo certo que, posteriormente, Gumercindo de Campos, promovido a Tenente da Revolução, foi Secretário do General Isidoro Dias Lopes, em Foz do Iguaçu.

De notar-se, que o Dr. Angelo Mendes Correia, hoje Diretor Aposentado da Secretaria da Fazenda e há muito radicado em Campinas, lutou, também, nas trincheiras da Revolução, como Capitão, vindo, após 1930, compor o Governo do Tenente João Alberto Lins de Barros, nomeado Interventor Federal em São Paulo.

Este nosso querido "Diário do Povo", foi, em Campinas, o órgão oficial da Revolução de 1924.

Estampou, em suas páginas, conforme consta de nossos arquivos, muitas publicações sobre abastecimento de gêneros, fixação de preços, e assuntos militares. Transcreveu editais de convocação de reservista e uma enérgica intimação dirigida dos possuidores de armas ou munições para que as entregassem, na Delegacia Regional de Polícia, "dentro de 24 horas sob pena de severa punição".

O Centro Telefônico foi ocupado militarmente.

E, para defesa de Campinas, ameaçada pelas tropas fiéis ao Governo, comandadas pelo General Martins Pereira, o Delegado Regional de Polícia da Revolução, advogado Pedro de Magalhães Júnior, convocou voluntários e os atiradores do Tiro 176, guarnecendo os pontos estratégicos de Campinas.